

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 783.224 - RS (2015/0243410-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : HECTOR CHAPOCHNICOFF
ADVOGADO : GUSTAVO DAMBROS MICHIELON - RS044517
AGRAVADO : MASSA FALIDA INDUSTRIA COMERCIO DE MAQUINAS KATO LTDA
ADVOGADOS : NELSON CESA SPEROTTO - RS021005
DIÓGENES ZADINELLO - RS021876

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA E CONCORDATA. SUSPENSÃO DO FEITO. INDEFERIDO PEDIDO DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.
Agravo de instrumento desprovido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535 do revogado Código de Processo Civil e 132, § 1º, e 135, III, do revogado Decreto-Lei 7.661/45, sob o argumento de que o acórdão local é omissivo, que é de 2 (dois) anos o prazo para o encerramento do processo de falência e de 5 (cinco) anos o de declaração da extinção das obrigações do falido.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissivo nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto ao mais, ainda que se alegue que o prazo para o encerramento do processo de falência, regido pelo revogado diploma, é de dois anos, fato que o lapso temporal quinquenal para fins de declaração da extinção das obrigações do falido somente tem início com a sentença de falência.

Leiam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RESP. FALÊNCIA. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. TERMO A *QUO*. PRECEDENTES.

- O prazo extintivo das obrigações do falido inicia-se com a sentença de encerramento da falência.

(AgRg no REsp 442.523/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/6/2005, DJ 1/7/2005, p. 510)

FALÊNCIA. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. TERMO INICIAL DO PRAZO DE CINCO ANOS (ART. 135, III, DA LEI FALIMENTAR).

- Sem o encerramento da falência, por sentença, não flui o prazo extintivo das obrigações do falido. Precedentes do STF e do STJ.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 217.784/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 21/9/2000, DJ 30/10/2000, p. 161)

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, consignou a Corte estadual que "as contas apresentadas pelo Síndico foram julgadas boas, sendo determinada a continuação da responsabilidade dos falidos pelo crédito do Banco do Brasil (fls. 32/34). Todavia, a referida decisão foi desconstituída pelo Egrégio Tribunal em razão da não intimação dos credores (acórdão de fls. 41/46).

A decisão de fl. 91 decretou a extinção da punibilidade em relação ao inquérito judicial de falência requerido pelo Síndico.

Ora, a demanda já encontra-se suspensa, conforme decisão de fl. 100, de modo que não merece reparo a decisão prolatada.

Ademais, houve a desconstituição da sentença prolatada às fls. 32/34, sendo determinada a continuação do processo, eis que não houve o devido adimplimento das obrigações. Não há como acolher o pedido de extinção das obrigações formulado pelo agravante, considerando a existência de pagamentos pendentes.

Dessa forma, a ação falimentar ainda não pode ser encerrada" (e-STJ, fl. 193).

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora